



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. No que diz respeito à correição parcial marque a alternativa INCORRETA:

- a) Correição parcial não é recurso, mas uma ação especial, tendo por objetivo fazer cessar ato tumultuário praticado pelo juiz que subverter a ordem processual.
- b) O Ministro Corregedor do TST julgará as correições parciais contra atos dos Juízes dos TRT's e dos Juízes das Varas do Trabalho.
- c) Não será cabível correição parcial quando houver recurso específico para a decisão e quando se tratar de decisão interlocutória no Processo do Trabalho.
- d) Das decisões proferidas pelos Juízes Corregedores dos Tribunais, nas correições parciais será cabível o Agravo Regimental.
- e) O prazo para interposição de correição parcial é fixado nos Regimentos Internos dos Tribunais. O juiz corrigendo apresentará suas razões no mesmo prazo.

2. Sobre o procedimento sumaríssimo no Processo do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A concentração de incidentes e exceções em decisões instantâneas é uma característica desse procedimento.
- b) A definição da prova a ser produzida na audiência será feita pelo juiz.
- c) A ata deve conter as afirmações fundamentais das partes, sendo imprescindível, todavia, a transcrição dos depoimentos das testemunhas.
- d) No ato da conciliação, o juiz pode, por meios adequados, persuadir as partes, o que não configura prejulgamento.
- e) Somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta à Constituição da República.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

3. No que se refere à antecipação dos efeitos da tutela analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I – A jurisprudência, com o objetivo de obstar os efeitos da tutela antecipada deferida na sentença, tem admitido a propositura de medida cautelar inominada para atribuir efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto em face de tal decisão.

II – Segundo a doutrina majoritária, a decisão que concede a antecipação de tutela tem natureza mandamental, pois determina uma ordem imediata para cumprimento da medida.

III – No Processo do Trabalho, em face da decisão liminar que aprecia a tutela antecipada, admite-se a interposição de mandado de segurança.

IV – Assim como no Processo Civil, no Processo do Trabalho a possibilidade de irreversibilidade do provimento não pode ser óbice para a efetivação da medida, pois a lei atribui responsabilidade objetiva ao autor pelos danos causados à parte contrária em caso de alteração da decisão.

- a) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

4. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - A tutela cautelar faz parte do gênero tutelas de urgência.

II - Assim como a tutela antecipada, as cautelares, como regra geral, se destinam à satisfação do direito e não apenas à sua conservação.

III - Diante do caráter precário da ação cautelar, a tutela pode ser revogada a qualquer momento, bem como substituída por outra medida.

IV - O juiz não pode conceder o arresto quando pedido o seqüestro, ainda que presentes os requisitos daquele, haja vista que as cautelares não admitem a fungibilidade.

- a) V, V, V, F.
- b) F, V, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) V, F, V, F.
- e) F, F, V, V.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

5. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Conforme entendimento jurisprudencial a decisão homologatória de cálculos apenas comporta rescisão quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação, quer solvendo a controvérsia das partes quer explicitando, de ofício, os motivos pelos quais acolheu os cálculos oferecidos por uma das partes ou pelo setor de cálculos, e não contestados pela outra.

II - No Processo do Trabalho, o termo de homologação de conciliação (ato judicial) somente pode ser desfeito por meio da ação rescisória enquanto a transação extrajudicial (ato praticado pelas partes) é reversível por meio de ação anulatória.

III - Não cabe na ação rescisória a aplicação dos efeitos da revelia e confissão.

IV - A ação rescisória no Processo do Trabalho está sujeita ao depósito prévio de 5% (cinco por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.

- a) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

6. No que diz respeito à tutela inibitória e sua aplicação ao Processo do Trabalho marque a alternativa INCORRETA:

a) a tutela inibitória é preventiva, ao contrário das tutelas cautelares e antecipatórias que pressupõem um direito já violado que merece imediata tutela.

b) a tutela inibitória tem suporte no princípio constitucional do acesso à Justiça e na efetividade da tutela jurisdicional.

c) a tutela inibitória tem aplicação na esfera trabalhista nas condutas anti-sindicais.

d) a tutela inibitória não tem aplicação em interdito proibitório em caso de greve.

e) A natureza do provimento em ação inibitória é mandamental, independentemente para sua efetivação de posterior processo de execução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

7. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas Consolidadas sob o título respectivo.

II - Os Juízos e Tribunais do Trabalho podem determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento das circunstâncias da causa.

III - No processo de execução trabalhista são aplicáveis os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais da Fazenda Pública Federal que não contrariarem o procedimento estabelecido na CLT para o referido processo.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

8. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - É prerrogativa processual dos membros do Ministério Público do Trabalho sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem.

II - É prerrogativa institucional dos membros do Ministério Público do Trabalho receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que officiar.

III - As garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União são inerentes ao exercício de suas funções, podendo ser objeto de renúncia pelos procuradores individualmente considerados.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

9. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

Ao Ministério Público do Trabalho compete:

I - manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista desde que solicitado pelo juiz e havendo interesse público que justifique a intervenção;

II - recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que officiar como fiscal da lei, bem como pedir revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho;

IV - propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho;

- a) F, V, V, F.
- b) F, V, F, F.
- c) V, F, F, V.
- d) F, F, V, V.
- e) V, F, F, F.

10. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais com assistência do sindicato, do Ministério Público do Trabalho ou curador nomeado em juízo.

b) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

c) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

d) Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

e) A reclamação poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

11. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da Justiça Gratuita.

II - No processo de execução são devidas custas as quais são pagas ao final, de conformidade com a tabela contida na CLT, pela parte sucumbente.

III - São isentos de custas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica. Referida isenção alcança as demais despesas processuais e dispensa o depósito recursal e a garantia do juízo.

- a) Apenas o item II é verdadeiro.
- b) Apenas o item III é verdadeiro. ¹
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas o item I é verdadeiro.
- e) Todos os itens são falsos.

DIREITO CIVIL

12. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

A respeito da vigência da lei e de sua revogação podemos afirmar que:

I - A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

II - As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula "esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial".

III - A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.

¹ O correto é "Apenas o item III é verdadeiro". Foi corrigido em sala de aula.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

13. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - A cessação da vigência da lei é exceção ao princípio da continuidade.

II - A lei do país em que é residente a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

III - A lei pode ser revogada tácita ou expressamente.

IV - Sem pronunciamento expresse a lei revogadora não tem o poder de reprimir a lei revogada.

V - Não obstante o efeito imediato da norma constitucional, ela não impõe, de imediato, a perda automática de eficácia das normas que lhe são contrárias.

- a) V, F, V, V, F.
- b) F, V, F, V, V.
- c) V, F, F, F, V.
- d) V, V, F, V, V.
- e) V, V, V, F, F.

14. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - A lesão ao direito da personalidade não autoriza os sucessores do lesado a reclamar perdas e danos.

II - Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, ressalvados os casos previstos em lei.

III - São assegurados ao nascituro direitos personalíssimos compatíveis com a situação do ser humano em desenvolvimento no útero materno.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

15. Marque a alternativa CORRETA:

Na instituição do bem de família pelos cônjuges e ao seu tempo:

- a) não se ultrapassará 1/5 (um quinto) do patrimônio bruto.
- b) não se ultrapassará 2/3 (dois terços) do patrimônio líquido.
- c) não se ultrapassará 1/3 (um terço) do patrimônio bruto.
- d) não se ultrapassará 1/3 (um terço) do patrimônio líquido.
- e) não se ultrapassará 1/4 (um quarto) do patrimônio líquido.

16. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

Quanto ao negócio jurídico anulável:

I - não é suscetível de confirmação.

II - se sujeita ao prazo decadencial de 02 (dois) anos a contar da data da conclusão do ato.

III - pronuncia-se de ofício.

IV - importa a extinção de todas as ações de que contra ele dispusesse o devedor em ocorrendo a execução voluntária, mesmo quando este ignora o vício que o inquinava.

V - a anulabilidade aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade e indivisibilidade.

- a) V, V, F, V, V.
- b) F, V, V, F, V.
- c) V, F, F, F, V.
- d) F, F, F, F, V.
- e) V, V, F, V, F.

17. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Quando o ajuste levar em consideração as qualidades pessoais do empreiteiro, a morte de qualquer das partes faz extinguir o contrato de empreitada.

II - Na obrigação de dar coisa certa, acaso ocorra deterioração completa por culpa do devedor, poderá o credor exigir o pagamento do equivalente e ainda reivindicar perdas e danos.

III - Pelo contrato de depósito recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame.

- a) Apenas o item II é verdadeiro.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

e) Todos os itens são verdadeiros.

18. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

No que diz respeito às obrigações de fazer pode-se afirmar que:

I - A obrigação de fazer pode ser subjetivamente fungível ou infungível. O descumprimento de obrigação subjetivamente infungível resulta em responsabilidade por perdas e danos.

II - Tornando-se impossível a prestação do fato pelo devedor, o magistrado poderá, substitutivamente, determinar a execução da prestação por terceiro.

III - Havendo urgência pode o credor, independentemente de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, caso em que depois será ressarcido pelo devedor.

IV - É cabível a fixação de astreintes para compelir o devedor ao cumprimento da obrigação, mesmo que não estejam previstas no título executivo e que não tenham sido pedidas pelo autor.

a) V, V, F, F.

b) F, V, F, V.

c) F, F, V, V.

d) F, V, V, F.

e) V, F, V, V.

19. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica ou em face do motivo determinante do negócio jurídico.

II - A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.

III - Enquanto o devedor não for demandado por algum dos credores solidários, poderá efetuar o pagamento a qualquer um deles.

IV - O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor e a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.

V - Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, não tendo ele direito de regresso contra o credor.

a) V, V, F, F, V.

b) F, V, V, V, V.

c) V, F, V, F, F.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

d) F, F, V, V, V.

e) V, V, V, V, F.

20. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - As associações não se formam por contrato enquanto a sociedade se forma por contrato plurilateral.

II - As obrigações dos sócios começam somente na data fixada pelo contrato e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.

III - A transformação da sociedade depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade.

IV - Na fusão, as sociedades que se unem não são extintas.

V - Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações devendo todas aprová-la na forma estabelecida para os respectivos tipos.

a) V, V, F, F, V.

b) F, F, V, V, F.²

c) F, V, F, F, V.

d) V, F, V, F, V.

e) F, F, V, V, F.

21. Sobre a Sociedade Cooperativa, segundo o Código Civil, analise as assertivas abaixo e escolha a alternativa CORRETA:

I - Na sociedade cooperativa limitada os sócios respondem somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

II - A responsabilidade do sócio pode ser ilimitada, caso em que responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

III - Entre as características da sociedade cooperativa, pode-se afirmar que prevalece a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, mesmo que haja dissolução da sociedade.

a) Estão corretos apenas os itens I e II.

² O correto é “F, V, V, V, F.”. foi corrigido em sala de aula.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

- b) Estão corretos apenas os itens I, e III.
- c) Estão corretos apenas os itens II e III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Nenhum item está correto.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

22. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

Sobre a vigência e aplicação dos tratados internacionais no Brasil:

I - dependem da edição de lei para incorporação ao direito interno.

II - basta a mera ratificação para que integrem o direito positivo nacional.

III - dependem de aprovação por ato de competência privativa do Congresso Nacional.

IV - a executoriedade de suas normas são imediatas à publicação da promulgação pelo Presidente da República, após aprovação por ato exclusivo do Senado Federal.

- a) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e IV são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

23. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Diferentemente do que ocorre na Corte Européia, no âmbito do Mercosul os cidadãos não têm acesso direto aos mecanismos de solução de disputas.

II - O Tratado de Assunção, de forma explícita, contém regra básica do Mercosul assentada no princípio da reciprocidade.

III - Visando à evolução do processo de integração no âmbito do Mercosul, no que diz respeito ao aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias, foi criado, a partir de 2002, o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão, com sede em Assunção (Paraguai).

- a) Apenas o item I é falso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

24. No que diz respeito à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Não foi ratificada pelo Brasil.

II - Para efeitos da Convenção, o termo "criança" designa toda pessoa menor de 18 anos.

III - Para efeitos da Convenção, a expressão "as piores formas de trabalho infantil" abrange: o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

- a) Estão corretos apenas os itens I e II.
- b) Estão corretos apenas os itens I, e III.
- c) Estão corretos apenas os itens II e III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Nenhum item está correto.

25. Analise as proposições abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - O agente diplomático gozará de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa do Estado acreditado inclusive quanto às ações reais sobre imóveis privados.

II - O agente diplomático, quando intimado, deverá prestar depoimento como testemunha.

III - O consentimento dado para o estabelecimento de relações diplomáticas entre dois Estados implicará o consentimento para o estabelecimento de relações consulares, salvo indicação em contrário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

DIREITO COMERCIAL

26. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

A alienação fiduciária em garantia de coisa móvel:

I - não transfere ao credor o domínio resolúvel.

II - transfere ao credor apenas a posse indireta.

III - transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta desde que ocorra a efetiva tradição do bem.

IV - sem a tradição do bem, transfere ao credor exclusivamente o domínio resolúvel.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e II são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

27. Indique a a alternativa INCORRETA:

a) Segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica o comandante é autoridade máxima na aeronave, os demais membros da tripulação ficam a ele subordinados, técnica e disciplinarmente.

b) Durante a viagem, o Comandante é o responsável, no que se refere à tripulação, pelo cumprimento da regulamentação profissional inclusive quanto ao limite da jornada de trabalho; limites de vôo; e intervalos de repouso.

c) O Comandante poderá delegar a outro membro da tripulação as atribuições que lhe competem, mesmo as que se relacionem com a segurança do vôo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

d) O Comandante exerce autoridade inerente à função desde o momento em que se apresenta para o vôo até o momento em que entrega a aeronave, concluída a viagem.

e) São tripulantes as pessoas devidamente habilitadas que exercem função a bordo de aeronaves.

28. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Em matéria de relações de consumo, a inversão do ônus da prova em favor do consumidor cabe quando, entre outras hipóteses, a critério do juiz, for verossímil a alegação.

II - Não é viável a inversão do ônus da prova, à luz do Código de Defesa do Consumidor, quando o fornecedor é o Poder Público.

III - Conforme previsão contida no Código de Defesa do Consumidor, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, e ainda quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocada por má administração.

IV – Segundo a jurisprudência majoritária, são aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de prestação de serviços advocatícios, especialmente para aferir abusividade da cláusula pertinente ao percentual dos honorários.

a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.

d) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

e) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

29. Assinale a alternativa CORRETA:

I - A sociedade anônima é regida por lei especial, aplicando-se nas omissões as disposições do Código Civil.

II - A sociedade anônima pode participar de outras sociedades, desde que esta possibilidade esteja incluída no seu estatuto como parte integrante do seu objeto.

III - Para o efeito da Lei do FGTS, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados (assim considerados aqueles que exerçam cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo) aos demais trabalhadores sujeitos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

ao regime do FGTS e o valor que lhe é pago é considerado remuneração para fins de recolhimento do FGTS.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III estão corretas.
- e) Todos os itens são falsos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

30. Marque a alternativa CORRETA:

Em havendo cumulação de pedidos de natureza trabalhista e estatutário, deverá o juiz:

- a) apreciar tão-somente aqueles compreendidos na sua esfera de competência e extinguir, sem a resolução do mérito, os demais estranhos aos limites de sua jurisdição.
- b) ante a impossibilidade da cumulação, extinguir o processo, sem a resolução do mérito, em relação a todos os pedidos.
- c) declarar-se inteiramente incompetente e determinar a remessa dos autos ao Juízo para o qual declina.
- d) julgar todos os pedidos, uma vez que a cumulação e o conhecimento da causa em primeiro lugar firmam a sua competência.
- e) declarar-se parcialmente competente para examinar os pedidos correspondentes e ordenar, quanto aos demais afetos a outra jurisdição, o desmembramento e a remessa de cópia dos autos ao juízo próprio para que ali sejam apreciados.

31. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

Com referência aos prazos no processo civil:

I - podem ser prorrogados pelo juiz, mesmo que peremptórios, em determinadas circunstâncias.

II - tem o curso interrompido na superveniência de férias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

III - podem ser prorrogados pelo juiz em até 60 dias na hipótese de calamidade pública.

IV - de modo geral, são contados em dobro para falar nos autos quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens III e IV são verdadeiros
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

32. Marque a alternativa CORRETA:

Nos termos do CPC, são títulos executivos extrajudiciais:

- a) os honorários ajustados entre a parte e o perito assistente nos autos do processo judicial;
- b) o instrumento de transação referendado pelos advogados dos transatores;
- c) o documento particular assinado pelo devedor e uma testemunha;
- d) o crédito do serventuário da justiça.
- e) todas as alternativas anteriores estão corretas.

33. Marque a alternativa CORRETA:

São absolutamente impenhoráveis, nos termos do CPC:

- a) o anel nupcial, os retratos de família e o seguro de vida;
- b) o imóvel rural, até um módulo, desde que seja o único de que disponha o devedor;
- c) qualquer quantia depositada em caderneta de poupança;
- d) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social;
- e) todas as alternativas anteriores estão corretas.

34. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Em razão da incidência do princípio da proporcionalidade, e mesmo do caráter não-absoluto do comando constitucional que veda a utilização em juízo de provas obtidas por meios ilícitos, é viável a sua aceitação em determinadas situações concretas, sobretudo quando evidenciado que sua formação ilícita ocorreu porque não havia outra maneira de demonstrar os fatos em juízo.

II - Prova obtida por força de escuta ambiental autorizada judicialmente, para fins de investigação criminal, não pode depois ser utilizada em procedimento administrativo de caráter disciplinar.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

III - Decisão judicial fundada em prova obtida por meio ilícito é passível de nulidade relativa, uma vez que tal reconhecimento depende da insurgência, neste sentido, apresentada pela parte interessada na primeira oportunidade que teve para se manifestar nos autos quando da exibição da gravação resultado de interceptação telefônica.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

35. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - O instituto da antecipação dos efeitos da tutela de mérito não é compatível com a providência de natureza cautelar, uma vez que, cabível a segunda, não é pertinente a primeira, e vice-versa.

II - A tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

III - A antecipação da tutela tem a mesma natureza e o objeto da decisão definitiva.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

36. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - No caso da substituição processual, há efeitos extra partes da coisa julgada.

II - Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

III - A coisa julgada formal decorre simplesmente da imutabilidade da sentença dentro do processo em que foi proferida pela impossibilidade de interposição de recursos.

IV – No caso de decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2000 que, à época da execução, se demonstre em desacordo com decisão proferida, em janeiro de 2005, pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, cujas repercussões foram definidas como ex nunc, pode ser considerada título



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

inexigível, porquanto fundado em lei declarada inconstitucional em sede de controle concentrado, que possui eficácia contra todos e efeito vinculante, o que deverá ser suscitado pela Fazenda Pública em juízo até o momento do pagamento do montante atualizado da dívida.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

37. Assinale as proposições abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

II - A jurisdição é una e indivisível.

III - A jurisdição brasileira afirma-se com exclusividade no território brasileiro e se impõe a todas as pessoas que aqui se encontram, não admitindo a concorrência de jurisdições.

IV - A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhes são conexas.

V - A jurisdição civil é exercida pelos juízes, em todo o território nacional, e nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.

- a) F, F, V, V, F.
- b) F, V, F, V, F.
- c) V, V, F, F, V.
- d) V, V, F, V, V.
- e) V, V, V, F, F.

38. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

I - O juiz interrogará a testemunha sobre os fatos articulados, cabendo, primeiro à parte, que a arrolou, e depois à parte contrária, formular perguntas tendentes a esclarecer ou completar o depoimento.

II - É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

III - A procuração geral para o foro não pode ser assinada digitalmente.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

39. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - O processo é o instrumento da jurisdição.

II - O processo possui objeto formal e material.

III - Os tipos de processo nem sempre correspondem às tutelas jurisdicionais pretendidas pela parte autora.

IV - As teorias do contrato, do quase contrato, da situação jurídica e da instituição dizem respeito à natureza jurídica da ação.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens III e IV são verdadeiros..
- c) Todos itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

40. Marque a alternativa CORRETA:

a) A utilidade percebida mensalmente e que adquira natureza salarial, à vista dos critérios da habitualidade e da onerosidade, integra a remuneração do trabalhador e gera direito às diferenças reflexas em parcelas como férias, décimos terceiros salários, FGTS e repouso semanal remunerado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

- b) O pagamento de comissões, em transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível proporcionalmente à respectiva liquidação.
- c) Mesmo com o afastamento do exercício de cargo de confiança, com ou sem justo motivo, o empregado tem direito à manutenção do pagamento da gratificação de função se percebida há mais de dez anos, em face do princípio da estabilidade financeira.
- d) O salário-família tem natureza previdenciária e é devido aos trabalhadores rurais desde que haja previsão contratual ou convencional a esse respeito.
- e) A irredutibilidade assegura a percepção pelo empregado do salário real ao longo do contrato, tratando-se, por isso, de garantia da sua substancial suficiência.

41. Podem ser consideradas práticas anti-sindicais, EXCETO:

- a) a ausência de consenso para a instituição de comissão de conciliação prévia;
- b) o compromisso exigido do empregado para que não se filie ao sindicato, sob ameaça de não-contratação.
- c) o financiamento, pelo empregador, de campanha de chapa que concorra à direção do sindicato dos trabalhadores.
- d) a divulgação entre empresas de lista dos trabalhadores com significativa atuação sindical, mas que não são sindicalistas.
- e) a negociação coletiva direta entre empresa e trabalhadores quando existam organizações representativas destes últimos.

42. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

- I - O empregado exercente de cargo de confiança está excluído das regras pertinentes ao cômputo e pagamento de horas extras, mesmo quando submetido a rigoroso controle de horário.
- II - O empregado exercente de cargo de confiança, cujo contrato preveja a possibilidade de transferência, não tem direito ao adicional correspondente (de 25%).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

III - O gerente geral de agência bancária tem direito ao pagamento de horas extras, desde que se trate das excedentes da 8ª diária.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

43. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - O chamado salário eqüitativo remonta à equivalência de remuneração entre o trabalhador temporário e os empregados da mesma categoria da empresa tomadora dos serviços temporários, além daquele devido a brasileiro empregado que exerça função análoga à cumprida por empregado estrangeiro em empresa localizada no Brasil.

II - Salário substituição designa o *quantum* devido ao empregado em razão de substituição não-eventual.

III - Tratando-se de empregado mensalista, a integração das diárias no salário deve ser feita tomando-se por base o salário mensal por ele percebido e não o valor do dia de salário, somente sendo devida a referida integração quando o valor das diárias, no mês, for superior à metade do salário mensal.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

44. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Não excedendo de 6h (seis horas) o trabalho, será obrigatório um intervalo de 1h (uma hora) quando a duração ultrapassar 4h (quatro horas).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

II - A duração normal de trabalho dos músicos profissionais é de seis horas mas poderá ser elevada em até duas horas.

III - No trabalho no interior de câmaras frigoríficas, e que movimentam mercadorias do ambiente quente normal para o frio e vice-versa, há previsão de um período de 20 (vinte) minutos de repouso, excluídos da duração do trabalho efetivo, após uma hora e quarenta minutos de labor contínuo.

IV - O trabalho em regime de tempo parcial equivale a até 25 horas semanais.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

45. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Cessado o movimento paredista, as relações obrigacionais geradas durante o período podem ser regidas por laudo arbitral.

II - Tanto a mediação quanto a arbitragem são meios legítimos para a solução de impasse gerado durante negociação coletiva regulatória da participação nos lucros.

III - É compulsória a mediação a ser promovida por auditores fiscais do trabalho em caso de frustração da negociação coletiva trabalhista entre sindicatos e empresas.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

46. Assinale a alternativa CORRETA:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

I - As fontes materiais do Direito do Trabalho, também chamadas pela doutrina de reais ou primárias, podem ser subdivididas em econômicas, sociológicas, políticas e filosóficas.

II - A Constituição, as leis, os regulamentos, as convenções e as recomendações internacionais são exemplos de fontes formais heterônomas.

III - As convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho são exemplos de fontes formais autônomas.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

47. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - O preenchimento de lacunas por meio da analogia é permitido no Direito do Trabalho.

II - A analogia jurídica é o instrumento de auto-integração do Direito do Trabalho.

III - A doutrina divide a analogia em legal e jurídica e as subdivide em interna e externa.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

48. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Na solução dos problemas decorrentes da aplicação intertemporal do direito a doutrina aponta as teorias objetiva e subjetiva, sendo que o ordenamento jurídico brasileiro acolhe a corrente objetivista.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

II - As cláusulas do regulamento empresarial aderem ao contrato de trabalho de forma definitiva, não podendo ser alteradas.

III - A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação do serviço.

IV - aos empregados de navios e aeronaves o princípio dominante é o do pavilhão do navio o que resulta na aplicação da lei local da matrícula.

- a) F, F, V, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, F, V, V.
- e) V, V, F, F.

49. Assinale a alternativa CORRETA:

A respeito do trabalho eventual podemos afirmar que:

I - As teorias da descontinuidade, dos fins do empreendimento e da profissionalidade do empregador apontam critérios objetivos de identificação do elemento eventualidade.

II - O conceito de eventualidade não resulta de um único ponto constitutivo, por isso a doutrina majoritária aponta várias propostas para sua explicação.

III - A subordinação e o poder de direção podem estar presentes na relação de trabalho eventual.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

50. Assinale a alternativa CORRETA:

I - A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente dispensa a celebração do termo de compromisso com o educando.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

II - Os agentes de integração serão responsabilizados civil e criminalmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

III - As instituições de ensino deverão comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

IV - A jornada de atividade em estágio pode ser de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

- a) F, F, V, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, F, V, V.
- e) V, V, F, F